



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

5896 - Trabalho Completo - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 16 - Relações Étnico-Raciais

AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO

Flavio Luiz Pretto - PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA

### AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO

O presente estudo baseou-se nos dados colhidos em pesquisa realizada no laboratório de informática de uma Faculdade de Educação situada no sul do Brasil, em que nove estudantes cotistas do curso de Pedagogia, que acessavam ao referido laboratório, através de entrevistas possibilitaram algumas considerações e entendimentos sobre a temática pesquisada. Os dados coletados nas entrevistas semiestruturadas demonstram que o uso da informática acena com possibilidades de contribuir na questão étnico-racial a partir de algumas ações pedagógicas realizadas para democratizar o acesso ao conhecimento e a convivência interativa com o uso da informática. Os estudantes de classes populares, dentre esses os cotistas negros e indígenas, por meio dessas atividades, se sentiam mais acolhidos no contexto universitário.

A partir do ano de 2008, com a implantação das Ações Afirmativas, um novo público do curso de pedagogia se fez presente no contexto universitário – os discentes cotistas. Nas entrevistas e conversas informais, relataram desejos e esperanças de melhorar de vida, serem reconhecidos e respeitados pelo esforço e dedicação que estavam tendo para a realização do curso de graduação. Um detalhe importante, surgido nessas conversas, é que muitos eram os primeiros na história da família a ter acesso à educação superior e estavam a um passo da formatura.

Nesse sentido, Oliven (2007) nos mostra a grande importância das Ações Afirmativas para os alunos de classes populares, que através da formação em um curso superior, contribuem com suas famílias aumentando os saberes e as possibilidades de seus membros familiares iniciarem ou retornarem aos estudos. Diz ela:

Gostaria de acrescentar um argumento com base em minha experiência de professora universitária. A universidade se constitui num espaço importantíssimo de sociabilidade e de aprendizagens não apenas formais, mas, também, informais. (...) Os alunos provenientes de famílias da elite pouco têm a acrescentar a seus familiares e amigos em termo de capital cultural. Por outro lado, alunos, cuja origem social é mais baixa, e alunos negros, que costumam ser a primeira geração a frequentar a universidade, tendem a contribuir muito mais para aumentar os conhecimentos e as expectativas educacionais de seus familiares, principalmente de irmãos mais novos.

E isso foi comprovado nas palavras de um cotista indígena quando em sua entrevista relatou a importância das ações afirmativas para “chegar à universidade” e o compromisso que assumiu, a partir desse momento, com a educação de seu povo.

*Eu já sonhava de chegar à universidade. Mas foi por causa da necessidade, da educação do povo. Então as pessoas que apostaram em mim poder fazer este estudo, para poder acertar a educação escolar indígena. Então isso é o meu compromisso com o povo, na educação escolar indígena em todas as escolas do Rio Grande do Sul.*

Em nossos dias, temos significativos avanços políticos-normativos que visam garantir o respeito à diversidade e o combate à discriminação de cor, raça e gênero. Consta da nossa Constituição Federal, que em seu Artigo 215, no Parágrafo 3, o inciso V afirma “a valorização da diversidade étnica e regional” (BRASIL, 1988). Quanto à Educação, encontramos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que embasada nos princípios constitucionais, define em seu Art. 3º, inciso XII “consideração com a diversidade étnico-racial” (BRASIL/MEC, 1996).

A convivência com os sujeitos dessa pesquisa me fez perceber que fatos e acontecimentos, que se sucederam durante a minha caminhada até chegar à universidade, se assemelham com suas trajetórias. Por isso, esse assunto me tocou profundamente, pois as dificuldades que tive para permanecer na escola e mais tarde continuar a frequentar um curso superior são similares às dificuldades que eles enfrentam constantemente. O direito à educação superior pelos pobres, negros e indígenas ainda enfrenta resistências, tanto fora como dentro da universidade. Mesmo que as Políticas Afirmativas tenham trazido grande contribuição, quanto à inclusão socioeducativa, ainda não foi o suficiente para garantir o acesso e a permanência dos mesmos no âmbito universitário, pois não podemos esquecer que:

A universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Tanto é assim que vemos no interior da instituição universitária a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade. (CHAUI, 2003, p. 05)

Na Declaração Mundial sobre Educação para Todos, assinada em Jomtien, Tailândia, que aconteceu entre os dias 05 a 09 de março de 1990, no seu Artigo 03 “Universalizar o acesso a educação e promover a equidade” – cláusula 04, diz que deve haver:

Um compromisso efetivo para superar as disparidades educacionais deve ser assumido. Os grupos excluídos – os pobres; os meninos e meninas de rua ou trabalhadores; as populações das periferias urbanas e zonas rurais; os nômades e os trabalhadores migrantes; os povos indígenas; as minorias étnicas, raciais e linguísticas; os refugiados; os deslocados pela guerra; e os povos submetidos a um regime de ocupação – não devem sofrer qualquer tipo de discriminação no acesso às oportunidades educacionais (UNESCO, 1990)

Assim, mostra-nos a importância de enviesar o olhar aos pressupostos da ecologia de saberes. Dessa maneira, procurar dar voz e ouvidos às experiências de vida e aos saberes trazido pelos estudantes negros, índios e brancos pobres que começaram e trilhar o caminho da educação superior. Pois, até pouco tempo, esse espaço escolar era quase que exclusivo para estudantes brancos que possuía maior capital cultural e econômico.

Antes da política de cotas, as universidades públicas brasileiras se orientavam pela “monocultura do saber e do rigor do saber”. Após, iniciaram uma tomada de consciência sobre a importância dos outros saberes, trazidos pela pluralidade de culturas sócio-étnico-raciais. O autor evidencia que essa monocultura, ainda, está muito presente nas práticas acadêmicas, tendo dentre as suas reproduções de desigualdade a invisibilidade; a não existência do que está fora dos critérios de regulação adotados pela ciência moderna. O não reconhecimento das pessoas (pobres) se cristaliza a partir do pensamento capitalista baseado na produção e distribuição de bens e serviços. Quem não compra e não produz é considerado peça avariada na engrenagem desse sistema (SANTOS, 2005, p. 22-24).

É oportuno trazer aqui as palavras de uma das estudantes cotistas entrevistadas, que nos faz compreender que a universidade deve ser um espaço democrático, em que estudam e convivem acadêmicos brancos ricos ou pobres, negros, pardos e indígenas, sem considerar apenas aqueles que detêm o poder.

*Eu acho que nós alunos de Ações Afirmativas vamos conseguir contribuir no momento que a gente conseguir dialogar sobre as angústias, o nosso conhecimento e a caminhada que a gente tem aqui dentro né. O que está nos barrando, que muitas vezes faz os alunos desistirem.*

Sabe-se que na última década, os avanços e conquistas foram importantes e trouxeram como objetivo maior assegurar o respeito à diversidade e o direito que todos temos de ser diferente; e não ser tratado como seres que carregam em si o germe da inferioridade. Nas relações de poder nossas vozes começam aos poucos serem ouvidas – ainda existem. Isso fica confirmado pela situação descrita acima, nas palavras da estudante. Mesmo que, muitas das dificuldades enfrentadas no contexto universitário tenham sido sanadas, não foram suficientes para que as relações étnico-raciais sejam definitivamente posta em pauta, no sentido de corrigir as desigualdades sócio-educativas que, historicamente, perduram em nosso país e, por conseguinte, no âmbito universitário. As relações étnico-raciais são “relações imersas na alteridade e construídas historicamente nos contextos de poder e das hierarquias raciais brasileiras” (GOMES 2011).

Para romper com essa situação, o laboratório de informática da referida Faculdade, tem sido um elemento de destaque que, através das tecnologias de informação e comunicação tem facilitado para os estudantes o acesso ao conhecimento que circula no meio acadêmico. Também, tem ajudado a expandir as possibilidades de reconhecer os saberes que esses acadêmicos trazem para dentro da universidade, a partir das experiências vivenciadas em suas comunidades. Percebemos isso através das entrevistas e da observação dos cotistas, quando participam com os demais estudantes de atividades educacionais em grupos (pela internet), aulas e trabalhos escolares individuais, onde sob a orientação dos professores usavam os recursos da informática disponíveis no referido laboratório. Segundo Mônica Rodrigues Pinto.

É impossível ignorarmos a produção cultural moderna, com todos os avanços tecnológicos existentes. Seja pelas qualidades positivas que possui e que oferecem inúmeras possibilidades pedagógicas interessantes. Seja pela necessidade de lutar-se pela sua democratização, estabelecendo com ela uma relação mais crítica, que se reverta em maior qualidade de vida e de bens culturais para a população. (PINTO, 1996, s/p.).

Freire ao refletir sobre o papel da informática na educação vem reforçar o uso do computador na educação quando diz que “o uso de computadores no processo de ensino aprendizagem, em lugar de reduzir, pode expandir a capacidade crítica e criativa [...]. Depende de quem usa a favor de quê e de quem e para quê” (FREIRE, 1995, p.98).

O fenômeno da desigualdade ainda se incorpora nos desígnios da universidade brasileira, tornando-se visível através dos inúmeros processos seletivos por mérito, da discriminação social, racial e de gênero, dentre outros instrumentos discriminatórios, que anulam as possibilidades de igualdade de oportunidades no acesso ao conhecimento, reforçando a diferenciação social e cultural, que legitima a exclusão dentro e fora da universidade. Uma das estudantes cotistas nos leva ao encontro dessa realidade, ao relatar o seguinte:

*(...) a dificuldade que a gente encontra é muita né, é em relação à própria formação. Porque nem sempre a escola pública nos deu o aporte que a faculdade hoje nos exige né. Eu tenho facilidade enorme de ler, mas tem colegas que não tem essa facilidade de ler artigos, de estar analisando, estar refletindo sobre aquilo ali. (...). Então a gente tenta sempre fazer um grupo, ou coisa assim, para tentar alavancar todo mundo né, (...)*

Como vemos a naturalização das desigualdades sociais não existem somente fora da escola. Pelo contrário, fazem parte no nosso cotidiano educacional, que através da exclusão educativa, atingem desde a da educação básica pública, até a superior. Os estudantes provenientes das políticas de cotas são os principais atores dessa realidade, onde as carências econômicas, culturais e familiares, as péssimas condições da educação básica pública, juntamente com os preconceitos, representam as texturas de uma sociedade capitalista e desigual. Paulo Freire (1995) nos mostra as dimensões desumanas, que advém desta postura e prática histórica de nossa sociedade, ao afirmar que:

Minha terra é a coexistência dramática de tempos dispares, confundindo-se no mesmo espaço geográfico – atraso, miséria, pobreza, fome, tradicionalismo, consciência mágica, autoritarismo, democracia, modernidade e pós-modernidade. O professor que na universidade discute a educação e a pós-modernidade é o mesmo que convive com a dura realidade de dezenas de milhões de homens e de mulheres que morrem de fome (FREIRE, 1995, p. 26).

Mesmo que essas coisas perdurem, as Políticas de Cotas vêm assegurando a oportunidade de acesso para cursar uma universidade pública. Após o acesso à referida Faculdade de Pedagogia, os cotistas encontram no laboratório de informática um dos facilitadores de suas permanências no âmbito universitário, democratizando o acesso ao conhecimento através do uso da informática, disponibilizado em dois ambientes (salas).

No laboratório convivem duas realidades, uma aponta para quem sempre teve acesso à informática e tem domínio sobre o computador e outros equipamentos de informática; e a outra que revela quem tem os primeiros contatos com a informática na faculdade, mais especificamente, no laboratório de informática. Isso fica evidenciado na entrevista de outra bolsista que diz:

*(...) eu tinha uma colega que no 1º dia de aula, ela não sabia nem ligar o computador... Mas ao mesmo tempo eu pensei, era o primeiro contato que tava tendo com ela... Bom, eu não sei, de repente não tem computador em casa... Então eu ensinei ela a ligar o computador e desligar também. Mais adiante ela já se virava sozinha...*

A capacidade mediadora do professor e a sua competência informacional pode ser decisiva para a construção, a partir das tecnologias de informação e comunicação disponíveis, um ambiente interativo de aprendizagem que seja desafiador e motivador. É importante que nesse processo os alunos sejam respeitados em seus tempos de aprendizagem, que se entendam enquanto “indivíduos dialógicos”, que construam as suas próprias histórias no mundo, independente de raça, cor ou etnia. Enquanto educador é preciso estar consciente de que “a vigilância do meu bom senso tem uma importância enorme na avaliação que a todo instante devo fazer da minha prática.” (FREIRE, 1998, p. 66). A esse respeito, tem-se uma sugestão de mudança feita por um dos cotistas entrevistado, sobre a grade curricular do curso de Pedagogia:

*De repente, algumas disciplinas mudarem o plano, né, colocando mais aulas no laboratório, fazendo aulas nele.,(...)*

O educador deve estar consciente de que, enquanto ensina, também aprende, pois: “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.” (FREIRE, 1998, p. 25). O advento da informática na educação se constitui no divisor de águas entre, o ensinar e o aprender, baseado em conteúdos fixos com conhecimentos prontos, ou ter no computador um facilitador pedagógico que promova a interação entre estudantes, professores, universidade e meio social, trazendo novas possibilidades para o desenvolvimento cognitivo, para a apropriação do conhecimento social – estabelecendo um processo de aprendizagem permanente.

As possibilidades de criar ou construir um conhecimento social de forma coletiva, a partir do uso da informática e até mesmo de aproximação com outros colegas, evidenciam-se através da fala de um dos cotistas entrevistado:

*(...) apareceu uma colega..., tinha um trabalho para nós fazer nos computadores. Aí, ela chegou, pediu para sentar e fazer junto comigo... Então senta aqui e vamos fazer. Mas eu não conhecia esta colega. E aí fui conversando, e fiz muitas amizades.*

Nesse sentido, Lemos & Lévy (2010) afirmam que:

Quanto mais podemos livremente produzir, distribuir e compartilhar informação, mais inteligente e politicamente consciente uma sociedade deve ficar. As ações de produzir, distribuir e compartilhar são os princípios fundamentais do ciberespaço. Devemos, ainda mais, em países como o Brasil, aproveitar a potência que essas tecnologias nos oferecem para produzir conteúdo próprio, para compartilhar informação, enriquecendo a cultura e modificando o fazer político (LEMOS & LÉVY, 2010, p. 27).

A informática oferecida no laboratório de informática pode oferecer alternativas de informação e comunicação, como a utilização da informática educativa para convergir em elementos essenciais do processo de ensino aprendizagem, tanto da educação formal, quanto da não formal. O que possibilita a junção da dimensão teórica presente no meio acadêmico, inspirada no conhecimento científico, ao aspecto prático e vivencial dos saberes popular. Nesse sentido, tal ambiente possibilita a criação e a prática intelectual que poderá favorecer a construção de um conhecimento que Boaventura define como total e local, quando afirma que:

(...) sendo total é também local. Constitui-se em redor de temas que em dado momento são adaptados por grupos sociais concretos como projetos de vida locais, sejam eles reconstituir a história de um lugar, manter um espaço verde, construir um computador adequado às necessidades locais, fazer baixar as taxas de mortalidade infantil, inventar um novo instrumento musical, erradicar uma doença, etc. (SANTOS, 2006, p.76).

Conforme informações obtidas na referida instituição, quanto à permanência, não existe uma política específica de bolsas para os estudantes cotistas, com exceção da bolsa concedida pelo Ministério da Educação (MEC) para alunos indígenas e quilombolas. Fora isso, o que realmente existe é um Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) de caráter universal, através da concessão de bolsas e auxílios assistenciais, que são estendidas para todos os acadêmicos da universidade que comprovem vulnerabilidade socioeconômica.

Através das entrevistas com os estudantes cotistas se evidenciou que a implantação do Programa de Ações Afirmativas (acesso e permanência) precisa avançar, para que se torne um instrumento efetivo na democratização do acesso à educação superior. Para assegurar e dar continuidade às políticas de inclusão socioeducativas, faz-se necessário que a universidade construa um diálogo igualitário e plural, onde sejam reconhecidas as vozes de toda a sua comunidade acadêmica. As relações étnico-raciais que vão se estabelecendo no combate à discriminação, principalmente, envolvendo negros e indígenas, começam a ficarem mais visíveis a partir de suas participações. Os espaços acadêmicos, para além do Laboratório de Informática, necessitam desenvolver estratégias educacionais para a redução dessas desigualdades, tão latentes em nossa sociedade – nas universidades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Relações étnico-raciais. Uso da Informática. Alunos Cotistas. Ações Pedagógicas. Contexto Universitário.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 233 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n 9.394**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Brasília: Congresso Nacional, 1996. 74 p.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 12.711**: que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: Senado Federal. 2012. p. 1-2.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Revista Brasileira da Educação, nº 24, p.5-15, setembro/outubro/novembro/dezembro 2003.

FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira**. São Paulo: Olho d'Água, 1995.

FREIRE, Paulo. **Educação na cidade**. São Paulo: Editora Vozes, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à Prática Educativa, Rio Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03**. 2011. Disponível em: <http://antigo.acordacultura.org.br/artigo-25-08-2011>. Acesso em: 03/06/2020.

LEMOS, André & LEVY, Pierre. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia**. São Paulo: Editora Paulus, 2010.

OLIVEN, Arabela Campos. **Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: Uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil**. Educação, vol. XXX, núm. 61, janeiro-março, 2007, p. 29-51.

PINTO, Mônica Rodrigues Dias. **Escola e linguagens contemporâneas: um desafio**. R.J. Mimeo. 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fórum social mundial: manual de uso**. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SOBRINHO, José Dias. **Educação superior: bem público, equidade e democratização**. Avaliação: Revista de Avaliação da Educação Superior (Campinas) Vol.18 nº 1, Sorocaba Mar/2013.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos**. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia, 1990. 26 p.